

Associação entre aleitamento materno e excesso de peso em crianças na cidade de Campo Grande – MS

Giovanna Barreto Arraes Medeiros¹, Júlia Baggio¹, Juliana Maria Correia Vieira¹, Letícia da Silveira Alonso¹, Nicole Vitória Xavier Vieira¹, Rafaela Grande Luft¹, Celso Correia de Souza¹, Camilla Florenciano Dias Theodoro¹



<https://doi.org/10.36557/2674-8169.2025v7n10p974-989>

Artigo recebido em 6 de Setembro e publicado em 16 de Outubro de 2025

ARTIGO ORIGINAL DE PESQUISA

RESUMO

Objetivo: Analisar a associação entre o aleitamento materno e o excesso de peso em crianças de 6 meses até 8 anos de idade, residentes em Campo Grande – MS.

Método: Trata-se de um estudo observacional, descritivo e transversal. A coleta de dados foi realizada durante consultas em um consultório pediátrico particular, por meio da aplicação de um questionário eletrônico elaborado pelos pesquisadores. O instrumento continha perguntas relacionadas à idade, sexo, histórico de amamentação, padrão alimentar, prática de atividade física, escolaridade dos pais e conhecimento materno sobre o aleitamento materno.

Resultados: Os dados indicaram que o aleitamento materno, especialmente o exclusivo, está associado a menor predisposição ao excesso de peso na infância. Crianças que foram amamentadas exclusivamente por seis meses apresentaram menor índice de massa corporal em comparação àquelas desmamadas precocemente. A introdução inadequada de alimentos complementares também foi relacionada ao aumento de casos de sobrepeso e obesidade.

Conclusão: O aleitamento materno exclusivo exerce papel protetor contra o desenvolvimento da obesidade infantil. Contudo, ressalta-se como limitação do estudo a amostra restrita a um único consultório, o que compromete a representatividade dos dados e a possibilidade de generalização dos resultados.

Palavras-chave: Amamentação exclusiva. Criança obesa. Índice de massa corporal. Obesidade infantil. Aleitamento materno.

Association between breastfeeding and overweight in children in the city of Campo Grande – MS

ABSTRACT

Objective: To analyze the association between breastfeeding and excess weight in children aged 6 months to 8 years living in Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Method: This was an observational, descriptive, cross-sectional study. Data collection was conducted during consultations in a private pediatric practice using an electronic questionnaire developed by the researchers. The instrument contained questions related to age, sex, breastfeeding history, dietary patterns, physical activity, parental education, and maternal knowledge about breastfeeding.

Results: The data indicated that breastfeeding, especially exclusive breastfeeding, is associated with a lower predisposition to excess weight in childhood. Children who were exclusively breastfed for six months had a lower body mass index compared to those weaned early. Inadequate introduction of complementary foods was also linked to an increase in overweight and obesity.

Conclusion: Exclusive breastfeeding plays a protective role against the development of childhood obesity. However, the study's limitation is the sample restricted to a single office, which compromises the representativeness of the data and the possibility of generalizing the results.

Keywords: Exclusive breastfeeding. Obese child. Body mass index. Childhood obesity. Breastfeeding.

Instituição afiliada – ¹Universidade Anhanguera – UNIDERP

Autor correspondente: *Letícia da Silveira Alonso* alonsobucomaxilo@gmail.com

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





INTRODUÇÃO

A obesidade é caracterizada pelo acúmulo excessivo de tecido adiposo, impactando negativamente a saúde e a qualidade de vida. Trata-se de uma condição de causa multifatorial, envolvendo aspectos genéticos, ambientais, nutricionais, metabólicos e comportamentais. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a obesidade é considerada uma epidemia global, com crescimento progressivo em todas as faixas etárias.

No Brasil, dados do Atlas de Obesidade Infantil (2023) indicam que a taxa de obesidade entre crianças de até cinco anos é de 14,2%, superando a média global de 5,6%. Esse cenário acende um alerta sobre a necessidade de estratégias eficazes de prevenção desde os primeiros anos de vida. O aleitamento materno exclusivo até os seis meses é apontado como um fator protetor contra o desenvolvimento da obesidade infantil. Estudos como o de Lawrence e Lawrence (2016) destacam que crianças amamentadas exclusivamente apresentam menor risco de excesso de peso.

Apesar dos benefícios comprovados, a prática do aleitamento exclusivo ainda é limitada. Dados do Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (Enani, 2020) mostram que apenas 45,6% das crianças brasileiras menores de seis meses foram amamentadas exclusivamente.

Diante disso, torna-se necessário aprofundar a compreensão sobre os fatores que influenciam a amamentação e sua relação com o excesso de peso infantil. Este estudo teve como objetivo analisar a associação entre o aleitamento materno e o excesso de peso em crianças de 1 a 8 anos residentes em Campo Grande – MS, considerando também os fatores que levaram à interrupção precoce ou ausência da prática.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo observacional, descritivo e inferencial, com abordagem quantitativa e qualitativa, desenvolvido por acadêmicos do curso de Medicina da Universidade Anhanguera-Uniderp, no município de Campo Grande – MS. A pesquisa foi conduzida em um consultório pediátrico particular da cidade, com o objetivo de



investigar a associação entre aleitamento materno e excesso de peso em crianças. A coleta de dados ocorreu entre abril e junho de 2024.

A população-alvo foi composta por crianças com idades entre 1 e 8 anos, de ambos os sexos, atendidas no referido consultório durante o período do estudo. A amostra totalizou 103 crianças, selecionadas por conveniência. Foram incluídas aquelas cujos responsáveis legais assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), aceitaram participar da entrevista, preencheram integralmente o questionário e forneceram informações detalhadas sobre a prática de aleitamento materno. Foram excluídas crianças com doenças crônicas, distúrbios hormonais, síndromes genéticas ou quaisquer condições que pudessem interferir no crescimento ou nas medidas antropométricas, além daquelas com dados incompletos ou inconsistentes.

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário eletrônico estruturado, desenvolvido pelos pesquisadores e validado com o auxílio da orientadora do projeto. O instrumento foi aplicado durante as consultas médicas, por meio de entrevistas presenciais com os responsáveis, que preencheram o questionário sob orientação dos pesquisadores. As questões foram fechadas e objetivas, abordando variáveis sociodemográficas e clínicas, como idade, sexo, tipo e duração do aleitamento materno, introdução alimentar, prática de atividade física, índice de massa corporal (IMC), nível socioeconômico, escolaridade dos pais e conhecimento materno sobre aleitamento. O IMC foi calculado com base no peso e na altura aferidos pela médica pediatra durante o exame clínico de rotina.

As crianças foram categorizadas em três grupos, conforme o tipo de alimentação recebida nos primeiros seis meses de vida: grupo 1, aleitamento materno exclusivo; grupo 2, fórmula infantil como alimento predominante; e grupo 3, aleitamento misto (amamentação complementar com fórmula). A variável desfecho do estudo foi o excesso de peso, definido como escore-Z $\geq +2$, conforme os critérios da Organização Mundial da Saúde (OMS), enquanto valores inferiores a +2 foram considerados ausência de excesso de peso.

Os dados foram organizados em planilhas eletrônicas e analisados com o auxílio do software BioEstat 5.0. A análise estatística descritiva foi utilizada para resumir as características da amostra, por meio de frequências absolutas e relativas, médias,

medianas, modas e desvios padrão. A análise estatística inferencial foi aplicada com o objetivo de verificar a existência de associação entre as variáveis. Utilizou-se o teste Qui-Quadrado de Pearson para analisar a relação entre o tipo de aleitamento e a presença de excesso de peso, adotando-se um nível de significância de 5% ($p < 0,05$). Os resultados foram expressos com intervalos de confiança de 95% (IC 95%).

O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Anhanguera-Uniderp, conforme parecer nº 77002723.0.0000.0199, emitido em 22 de abril de 2024. Todos os procedimentos seguiram os preceitos éticos da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, garantindo o anonimato, o sigilo das informações e a voluntariedade dos participantes.

RESULTADOS

Foram analisados os dados de 103 crianças. Em relação à idade, houve moda múltiplas, com 1, 2 e 8 anos sendo igualmente frequentes. Como representado na figura 1.

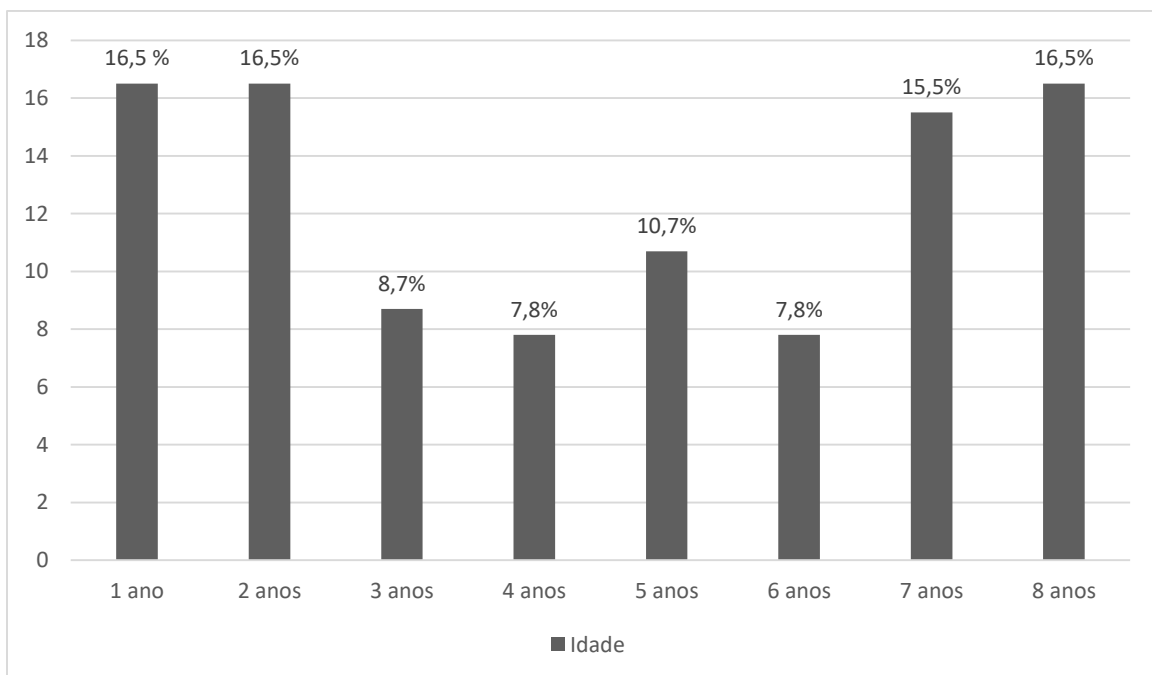


Figura 01. Gráfico das idades dos participantes da pesquisa. 103 crianças, Campo Grande. 2025.

Considerando o tipo de aleitamento oferecido, foram analisados os seguintes: aleitamento materno exclusivo, aleitamento materno complementar com fórmula e/ou

leite de origem animal e fórmula infantil exclusiva. Representado na figura 2.

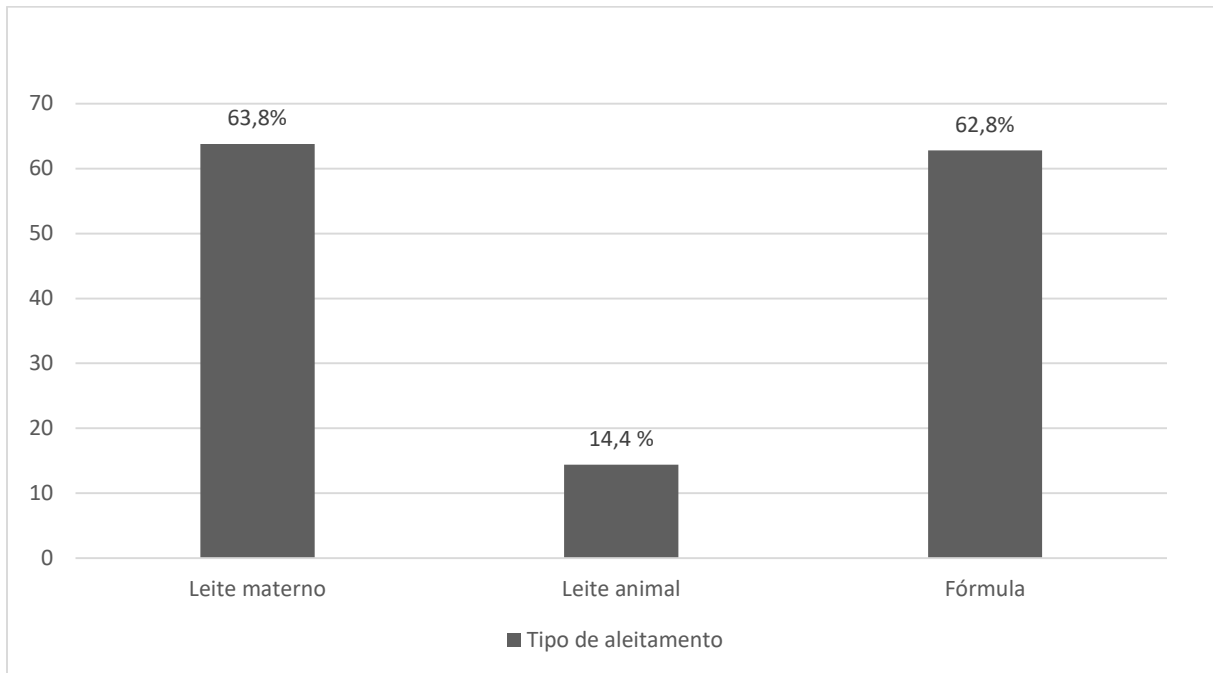


Figura 2. Gráfico da representação do tipo de aleitamento recebido pelas crianças da pesquisa, 103 crianças, Campo Grande, 2025.

De acordo com o score-Z de idade e peso, foram calculados os IMC dos participantes. Foram considerados valores: abaixo do peso ideal, peso ideal, sobrepeso (obesidade grau I, obesidade grau II, obesidade grau III). Como demonstrado na figura 3.

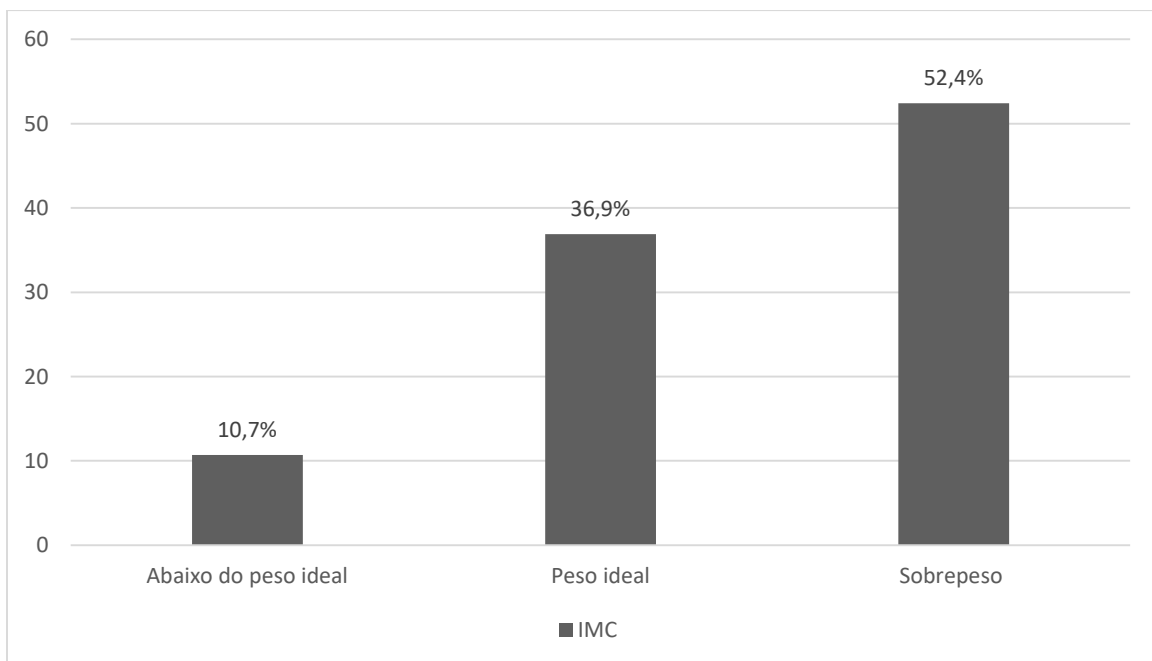


Figura 3. Gráfico de classificação do índice de massa corpórea. 103 crianças, Campo Grande 2025.

Em relação ao sexo, o feminino teve maior prevalência. Figura 4.

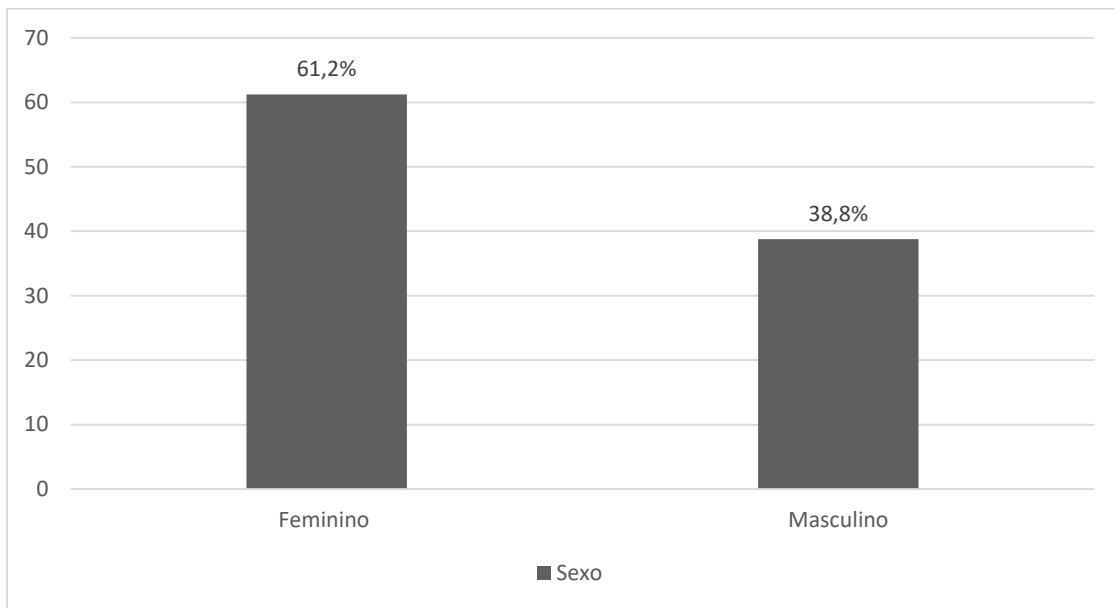


Figura 4. Gráfico do sexo dos participantes. 103 crianças, Campo Grande, 2025.

Dentre os participantes que não receberam o AME até os 6 meses, foi investigado quais foram os fatores que contribuíram para essa ausência. Os seguintes fatores foram apurados: problemas de saúde da mãe, livre escolha da mãe e do bebê, deficiência na produção de leite, tempo limitado da mãe, cólicas no bebê e dores na mama. Figura 5.

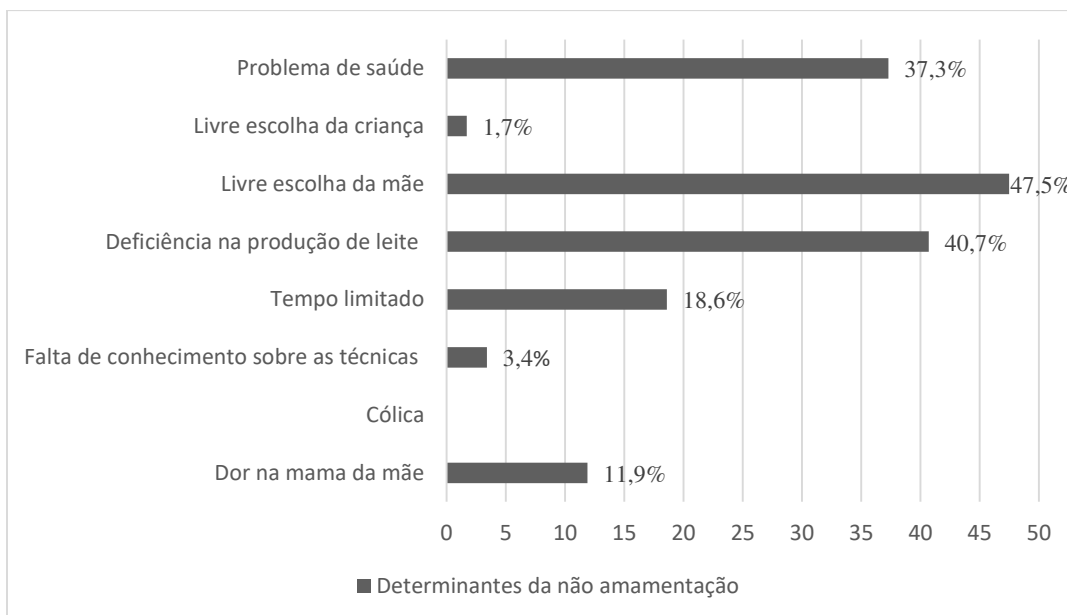


Figura 5. Gráfico dos fatores que impactaram o AME. 103 crianças, Campo Grande, 2025.

Entre as crianças que receberam o AME, foi investigado a duração do

aleitamento materno. Períodos de: 0 a 6 meses, 6 a 12 meses, 12 a 18 meses, 12 a 18 meses, 18 a 24 meses e mais de 24 meses.

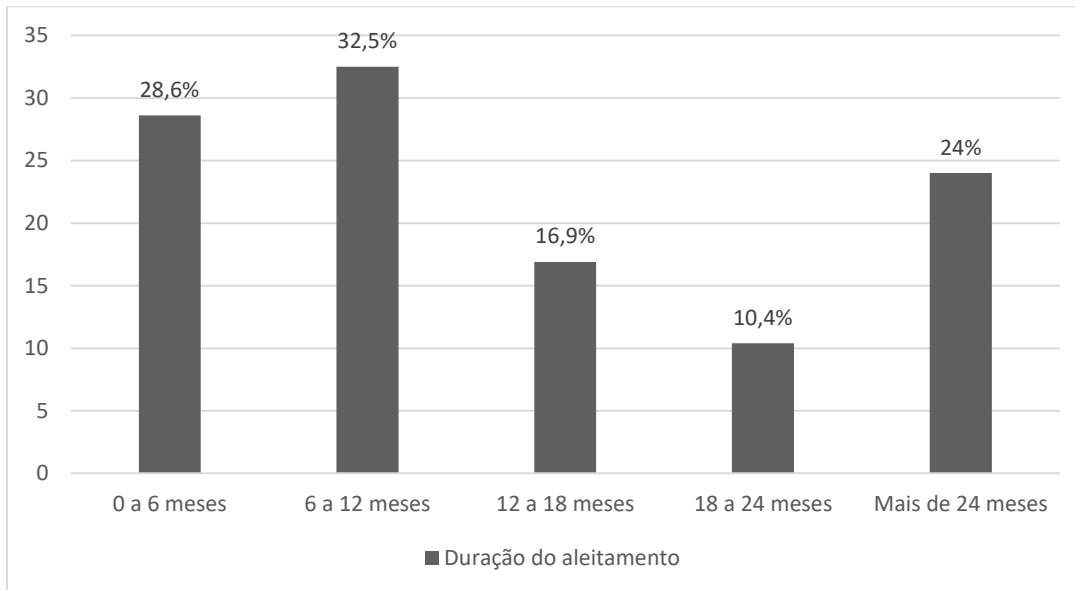


Figura 6. Gráfico da duração do aleitamento materno, 103 crianças, Campo Grande, 2025.

Em relação aos alimentos ofertados durante a introdução alimentar, foi encontrado um predomínio de frutas, verduras e legumes. Foram variáveis de múltiplas escolhas. Figura 7.

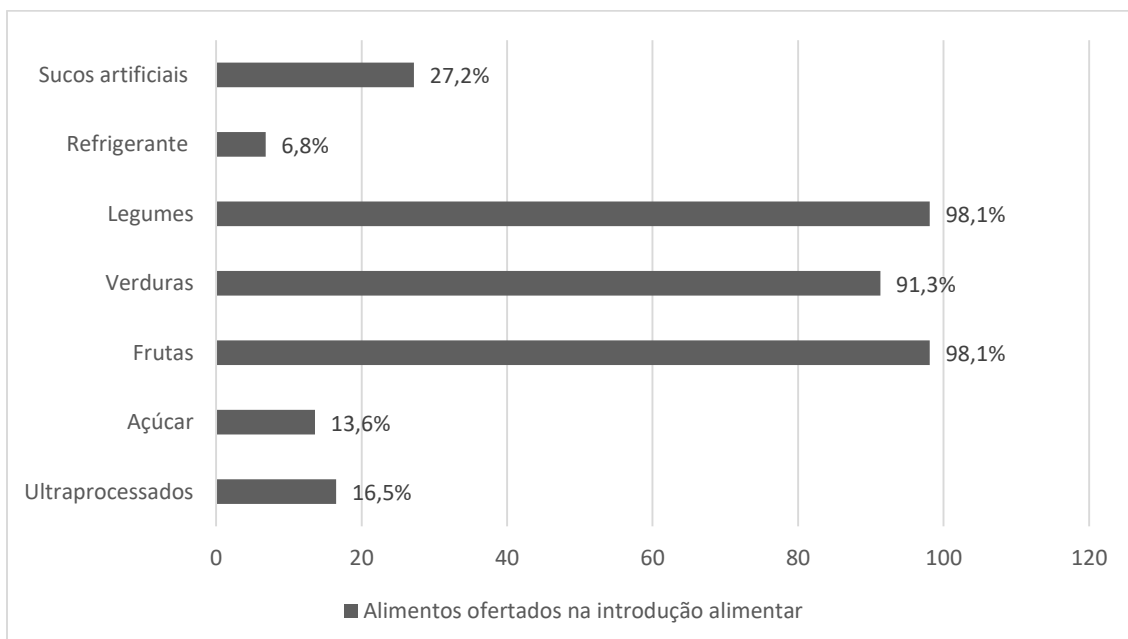


Figura 7. Alimentos ofertados na introdução alimentar, 103 crianças, Campo Grande, 2025.

Em relação à alimentação atual participantes, o consumo de ultraprocessados, açúcar, refrigerante e sucos artificiais foi mais prevalente que anteriormente. Figura 8.

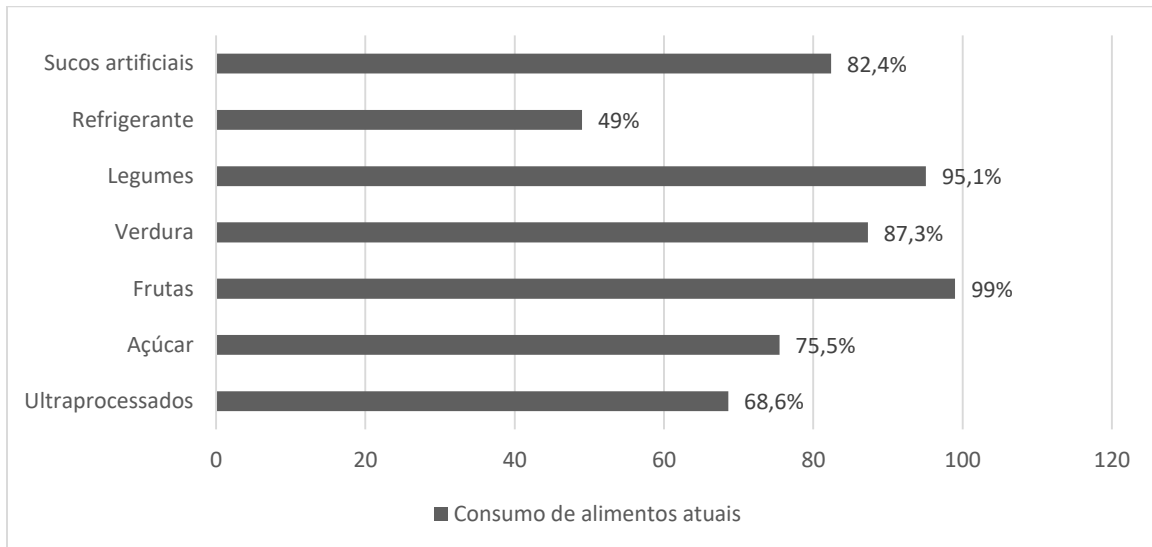


Figura 8. Gráfico da relação dos alimentos presentes na alimentação atual dos participantes, 103 crianças, Campo Grande, 2025

Foi investigado o nível socioeconômico dos pais, por meio da renda familiar, foram divididos em três grupos: renda familiar menor do que 5 salários mínimos, renda familiar entre 5 e 10 salários mínimos e renda familiar superior a 10 salários. Mostrou que 45% das rendas familiares se enquadraram no grupo intermediário, entre 5 e 10 salários mínimos. Figura 9.

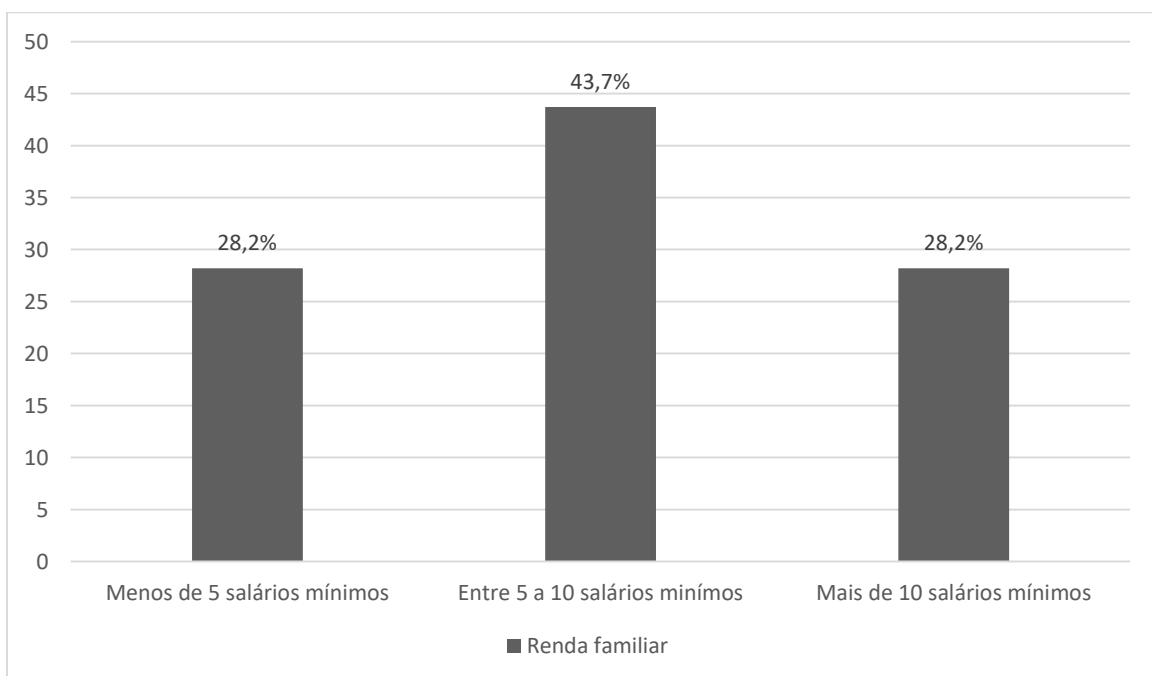


Figura 9. Gráficos do nível socioeconômico dos pais. 103 participantes, Campo Grande, 2025.

O grau de escolaridade dos pais foi uma das variáveis estudada. A investigação foi feita pela divisão de grupos: ensino médio incompleto, ensino médio completo, ensino superior incompleto e ensino superior completo. Foi encontrado uma prevalência do grupo ensino superior completo. Figura 10.

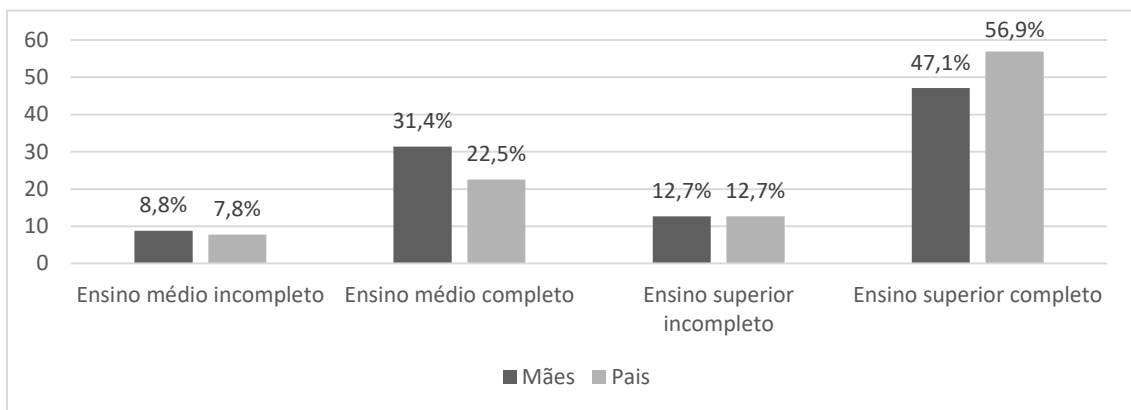


Figura 10. Gráfico do grau de escolaridade dos pais. 103 participantes, Campo Grande, 2025.

Em relação ao nível de conhecimento materno sobre a importância do aleitamento materno exclusivo (AME), observou-se que 89% das mães relataram ter recebido orientação prévia e demonstraram conhecimento sobre o tema. Apesar de a maioria apresentar compreensão adequada, uma parcela (11%) não referiu ter sido orientada ou não demonstrou conhecimento claro quanto à relevância do AME.

DISCUSSÃO

O presente estudo, realizado com 103 crianças atendidas em um consultório particular na cidade de Campo Grande, evidencia que o aleitamento materno exclusivo (AME) exerce efeito protetor em relação ao desenvolvimento de excesso de peso na infância, apresentando associação estatisticamente significativa com o índice de massa corporal (IMC) das crianças. Contudo, os achados indicam que esse fator não atua de forma isolada, já que a obesidade infantil é influenciada por múltiplos determinantes, como os padrões de introdução alimentar, hábitos nutricionais após o desmame, níveis de atividade física e histórico familiar de excesso de peso. Dessa forma, o AME configura-se como componente essencial dentro de um conjunto de práticas que promovem a



saúde infantil.

Os resultados observados estão em consonância com a literatura científica, que descreve o aleitamento materno exclusivo como um importante fator de proteção inicial contra o excesso de peso (Ministério da Saúde, 2009; Jacomin *et al.*, 2022; Penedo, 2023). Estudos demonstram que crianças amamentadas exclusivamente apresentam menor prevalência de obesidade em comparação às não amamentadas, em função, entre outros aspectos, da influência do leite materno na formação da microbiota intestinal, regulação do apetite e programação metabólica (Alves; Souza; Almeida, 2024). Entretanto, a associação entre AME e proteção contra obesidade perde força quando consideradas variáveis socioeconômicas, comportamentais e ambientais, como renda familiar, escolaridade materna, introdução precoce de alimentos ultraprocessados e níveis de atividade física (Macedo *et al.*, 2020; Machado *et al.*, 2014; Toma e Rea, 2008).

Apesar do efeito protetor do aleitamento materno exclusivo, foram identificados casos de excesso de peso mesmo entre crianças que seguiram a prática corretamente, evidenciando a complexidade multifatorial da obesidade infantil. Fatores genéticos, introdução precoce de ultraprocessados, hábitos alimentares inadequados e padrões insuficientes de atividade física podem sobrepor-se à influência do AME (Jacomin *et al.*, 2022; Penedo, 2023). Ademais, a população estudada, composta por pacientes de consultório particular, apresenta características socioeconômicas e comportamentais específicas, que podem modular a relação entre a amamentação e o risco de obesidade.

No que tange à introdução alimentar, observou-se associação estatisticamente significativa ($p = 0,003$) entre os alimentos oferecidos e o IMC das crianças. A maioria das crianças com peso ideal e sobrepeso foi alimentada com frutas, verduras e legumes, enquanto as com obesidade grau I e II consumiram predominantemente alimentos ultraprocessados, açúcar e sucos artificiais, sugerindo impacto negativo desses itens no estado nutricional infantil. Esses achados reforçam a importância de práticas alimentares saudáveis desde o início da alimentação complementar para a prevenção da obesidade.

Quanto à escolaridade materna e renda familiar, a pesquisa identificou tendências relevantes, ainda que sem significância estatística. Mães com maior nível educacional tendem a adotar com mais frequência o AME ou combinações



recomendadas, enquanto menor renda familiar está associada a maior prevalência de sobrepeso e obesidade nas crianças, provavelmente decorrente de limitações no acesso a alimentação saudável (Macedo *et al.*, 2020; Machado *et al.*, 2014). Além disso, a maioria das mães relatou ter recebido orientações sobre a importância do aleitamento materno, destacando o papel das ações educativas para o incentivo à prática.

Algumas limitações devem ser consideradas na interpretação dos resultados. A amostra restrita a um consultório particular limita a generalização dos achados para outras populações com perfis socioeconômicos distintos. O delineamento transversal não permite inferir causalidade, apenas associações entre aleitamento materno e estado nutricional. Ademais, dados retrospectivos sobre aleitamento podem estar sujeitos a vieses de memória materna, o que pode afetar a precisão das informações.

Em suma, este estudo reforça que o aleitamento materno exclusivo atua como um fator protetor relevante contra o desenvolvimento do excesso de peso infantil, embora sua eficácia seja modulada por determinantes ambientais, comportamentais e socioeconômicos. Assim, a promoção da amamentação deve ser integrada a políticas públicas de educação nutricional, incentivo à prática regular de atividade física e acompanhamento clínico-nutricional contínuo. Estratégias de prevenção da obesidade infantil precisam considerar a amamentação como parte de um conjunto amplo de fatores que contribuem para a saúde infantil, ressaltando o papel dos profissionais de saúde no suporte e orientação técnica às famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da coleta das amostras, revela-se a relevância do aleitamento materno exclusivo (AME), considerado uma das bases fundamentais para a promoção e manutenção da saúde infantil, especialmente no que se refere à prevenção do sobrepeso e da obesidade, que foram o foco central desta pesquisa. A análise da amostra demonstrou que crianças que receberam AME pelo período recomendado apresentaram menor predisposição ao excesso de peso e melhores indicadores nutricionais, o que pode ser explicado pela composição do leite materno, rica em nutrientes essenciais para a regulação metabólica e imunológica, influenciando diretamente a formação da microbiota intestinal e o equilíbrio energético do lactente.



Além disso, os achados evidenciam que o aleitamento materno exclusivo não atua de forma isolada na determinação do estado nutricional. Outros fatores, como o tipo de alimentação introduzida na infância, os hábitos alimentares após o desmame, a prática de atividades físicas, o histórico familiar de excesso de peso e condições socioeconômicas, também exercem influência significativa sobre o índice de massa corporal das crianças. Dessa forma, embora o AME se configure como um elemento protetor relevante, a prevenção do excesso de peso infantil requer um enfoque integrado, considerando múltiplos determinantes que contribuem para a saúde nutricional da criança.

REFERÊNCIAS

Alves AHC, Souza HBFd, Almeida SGd. Saúde da criança: a importância do aleitamento materno na prevenção do sobrepeso e obesidade na infância. *Research, Society and Development*. 2024;13(12):1-9.

Jacomin AJ, et al. Aleitamento materno: Liga Acadêmica de Nutrição Materno Infantil. São Paulo: **Setor de Publicações - Centro Universitário São Camilo**; 2022.

Lawrence RA, Lawrence RM. Breastfeeding: a guide for the medical profession. 8th ed. Amsterdam: **Elsevier**; 2016.

Lima VF. Aleitamento materno e alimentação complementar de crianças menores de dois anos no Estado da Paraíba [dissertação]. João Pessoa: **Universidade Federal da Paraíba**; 2018. 100 p. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/11572/1/VFL05072018.pdf>. Acesso em: 03 maio 2025.

Macedo RC, et al. Associação entre aleitamento materno e excesso de peso em pré-escolares. *Acta Paul Enferm*. 2020;(3):1-8. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/qp5FyxKQhjrNcfvmCSMv6Nv/?lang=pt>. Acesso em: 30 abr 2025.

Machado MCM, et al. Determinantes do abandono do aleitamento materno exclusivo: fatores psicossociais. *Rev Saude Publica*. 2014;48(6):985-994. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/55dRNGkwmQdRsJvrqnrBJpw/?lang=pt>. Acesso em: 17 abr 2025.



Ministério da Saúde (Brasil). Atlas de obesidade infantil do Brasil. Brasília: **Ministério da Saúde**; 2023.

Ministério da Saúde (Brasil). Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos. Brasília, DF: **Ministério da Saúde**; 2021.

Ministério da Saúde (Brasil). Saúde da criança: nutrição, aleitamento materno e alimentação complementar. Brasília, DF: **Ministério da Saúde**; 2009. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_nutricao_aleitamento_alimentacao.pdf. Acesso em: 27 abr 2025.

Ministério da Saúde (Brasil). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. II Pesquisa de Prevalência de Aleitamento Materno nas Capitais Brasileiras e Distrito Federal. Brasília, DF: **Ministério da Saúde**; 2009.

Ministério da Saúde (Brasil). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde: Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN. Brasília, DF: **Ministério da Saúde**; 2011.

Pereira NNB, Reinaldo AMS. Não adesão ao aleitamento materno exclusivo até os seis meses de vida no Brasil: uma revisão integrativa. **Rev Aten Prim Saúde**. 2018;21:300-319.

Penedo MM. A importância do aleitamento materno exclusivo na prevenção da obesidade infantil: uma revisão integrativa. **Rev Saúde**. 2023;1(1):33-40.

Silveira JAC, et al. Tendências e fatores associados ao excesso de peso entre pré-escolares brasileiros: PNSN-1989, PNDS-1996 e 2006/07. **J Pediatr (Rio J)**. 2014;90(2):258-66. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jped/a/f6Nf4kWjRhvcgR7cJ3L7CTQ/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar 2025.

Toma TS, Rea MF. Benefícios da amamentação para a saúde da mulher e da criança: um ensaio sobre as evidências. **Cad Saúde Pública**. 2008;24(2):235-46.

Universidade Federal do Rio de Janeiro. Aleitamento materno: prevalência e práticas de aleitamento materno em crianças brasileiras menores de 2 anos. ENANI 2019. Rio de Janeiro: **UFRJ**; 2021. 108 p.

Venâncio SI, Saldiva SRDM, Monteiro CA. Secular trends in breastfeeding in Brazil.



Cadernos de Saúde Pública. 2013 Jun;29(6):1187-1198. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/G3cyKWQD8bdBxrJHvQyhGnL/>. Acesso em: 18 mar. 2025.

Sociedade Brasileira de Pediatria. Aleitamento materno: recomendações atuais. Rio de Janeiro: SBP; 2017. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/2017/02/Aleitamento-Materno-Recomendacoes-Atuais.pdf. Acesso em: 20 mar. 2025.